

TJMG valoriza sua Memória

O Tribunal de Justiça, através da Memória do Judiciário Mineiro (Mejud), lançou no último mês de setembro, o projeto Sempre Memória que possui como objetivo divulgar seu rico acervo. Exposições itinerantes, visitas orientadas, palestras, oficinas e atividades culturais farão parte da programação mensal do Museu. (Páginas 6 e 7)

Publicação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - OUTUBRO - 2007
ANO 13 - NÚMERO 121



Fotos Marcelo Albert



Objetos utilizados pela Justiça no passado fazem parte do acervo do museu

As soluções e o crivo orçamentário

Orlando Adão Carvalho - Presidente

Do público externo, recebemos solicitações diárias para ampliação da estrutura de atendimento ao cidadão. Internamente, magistrados e servidores almejam quitação de seus direitos e melhorias salariais. Mas, as palavras-chave, que estão por trás de cada decisão administrativa, chamam-se planejamento e orçamento. Nada podemos fazer sem planejar e sem a devida previsão orçamentária.

Aumentar o número de comarcas e varas judiciais significa gastos com pessoal, custeio (luz, telefone e manutenção) e capital (aquisição de prédios, reformas etc). Estamos limitados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece um teto de 6% da receita corrente líquida do Estado no tocante à rubrica de pessoal. Nesse teto está incluída a verba do Tribunal de Justiça Militar. Sendo assim, possuímos, legalmente, 5,91%. No entanto, o chamado limite prudencial é de 5,615% e, se este for ultrapassado, o administrador público sofrerá várias sanções como, por exemplo, vedação de contratação de serviços.

É imprescindível que todos saibam: a verba de uma rubrica não deve ser remanejada para outra. Assim, não é aconselhável quitar despesas de pessoal com recursos de custeio ou capital, mesmo porque as quantias já são insuficientes para as demandas específicas de cada uma. Incluídos na verba de pessoal, o TJMG administra uma força de trabalho de mais de 21 mil magistrados e servidores, na Segunda Instância e na Primeira Instância (294 comarcas e 772 varas instaladas). A Lei de Organização e Divisão Judiciárias em vigor prevê um total de 924 varas e 316 comarcas. No Projeto de Lei 26/07, em andamento na Assembleia Legislativa, o TJMG propõe a criação de outras duas unidades, totalizando 318 comarcas.

Quanto às demandas para ampliação da estrutura, devido ao orçamento apertado, o

TJMG está atendendo as prioridades. Foi definida como "razoável" a distribuição mensal de 140 processos, na Justiça Comum, e 200, nos Juizados Especiais. A prioridade para atendimento deve ser dada àquelas que têm valores muito superiores a esse teto estabelecido. Lembro que está sendo considerada a distribuição, porque é esse dado que mostra a vitalidade da comarca. O acervo pode estar relacionado a vários fatores, como o fato de a comarca ter ficado sem juiz de direito por algum tempo ou por envolver certos processos que, naquele momento, não tinham condições de ter andamento.

O mapa de movimentação processual mostra situações difíceis. Existem varas, como na comarca de Santa Luzia, em que a média de processos distribuídos, no primeiro semestre de 2007, foi superior a 700 ações por mês. Outras pontuais chegaram a mais de 2 mil. Embora seja necessário considerar as peculiaridades de cada tipo de ação, o que exige uma análise mais profunda, esses dados nos mostram quadros graves, a requerer estabelecimento de prioridades. Na situação inversa, existem comarcas ou varas com média de distribuição inferior a 20 processos mensais no primeiro semestre deste ano.

As negociações têm sido constantes com o Poder Executivo, visando ao pagamento de direitos relacionados à folha. Mas, isso depende de melhoria da receita, uma vez que, como já foi dito, precisa ser obedecido o limite legal. Ainda assim, temos conseguido quitar os seis níveis dos servidores e parcelas da URV, dentro das possibilidades. Estamos fazendo as adequações necessárias para a provisão de recursos necessários à nomeação dos aprovados em concurso e para as promoções do Plano de Carreiras. Podemos dizer a todos que não tem sido fácil, mas estamos lutando, sem trégua, para conseguir, aos poucos, resolver todas essas situações.

ERRAMOS

A matéria "Comarca de Barroso incentiva cultura da paz", publicada no *TJMG Informativo* do mês de setembro, página 8, é de autoria de Marina Vilhena e Rafaela Leal.

Medalha JK



Marcelo Albert

O presidente do TJMG, desembargador Orlando Carvalho, e o vice-governador do Estado, Antônio Augusto Anastasia, representando o governador Aécio Neves, participaram no dia 12 de setembro, em Diamantina, da solenidade de entrega da Medalha JK, que homenageia personalidades e entidades que prestam serviços de relevância à sociedade. Receberam a "Medalha de Honra" os desembargadores Caetano Levi Lopes, Jarbas Ladeira, Alexandre Victor de Carvalho, Edgard Penna Amorim, Moreira Diniz, Armando Freire, Osmando Almeida e Maria Celeste Porto.



Marcelo Albert

O desembargador Roney Oliveira foi agraciado com a "Grande Medalha".

EXPEDIENTE

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Presidente: Orlando Adão Carvalho;

1º Vice-Presidente: Isalino Lisboa;

2º Vice-Presidente: Antônio Hélio Silva;

3º Vice-Presidente: Carreira Machado;

Corregedor-Geral: José Francisco Bueno;

Superintendente de Comunicação: Alexandre

Victor de Carvalho; Secretário Especial da

Presidência: Luiz Carlos Elói; Secretária do

Presidente: Sidneia Simões; Assessora de

Comunicação Institucional: Goretti Paiva;

Gerente de Imprensa: Wilson Menezes;

Edição: Patrícia Melillo; Jornalista

Responsável: Ione Bernadete Dias - RG n.

1.929/MG; Revisão: Regina Marinho;

Diagramação: Úrsula Baião; Fotolito e

Impressão: Lastró Editora Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º andar -

Centro - Belo Horizonte - MG - CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.gov.br

Ascom TJMG/Unidade Francisco Sales:

31 3289-2520

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

TJMG Informativo

E-mail: informativo.ufs@tjmg.gov.br

Participe

Interessados em divulgar notícias no próximo *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom até o dia 15/10/2007.

Novos tempos para as bibliotecas

A biblioteca da Unidade Goiás reúne cerca de 12 mil livros

Marcelo Albert



Maria Cláudia Barreto

Fichário é coisa do passado nas duas bibliotecas do TJMG, situadas nas Unidades Goiás e Francisco Sales. Com a implantação do sistema de informatização *Pergamum*, elas passam a oferecer uma série de comodidades aos usuários, que poderão, de suas próprias residências, consultar o acervo e renovar empréstimos, bastando que estejam conectados à *internet*. “Estamos modernizando nossas bibliotecas para fazer frente aos desafios que a era digital nos impõe”, resume a gerente de Biblioteca, Pesquisa e Informação Especializada do TJ, Lindalva de Oliveira.

O *Pergamum*, desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), “é o mesmo sistema implantado na Biblioteca Pública Estadual e nas bibliotecas da PUC e da UFMG, entre outras”, exemplifica Denise Maria Ribeiro Moreira, ex-coordenadora da biblioteca da Unidade Goiás e idealizadora do projeto de informatização, implantado em parceria com a Diretoria de Informática.

“A informatização vai possibilitar aos magistrados e servidores o conhecimento do acervo das bibliotecas. O usuário poderá encontrar obras de seu interesse que ele nem sabia existirem no Tribunal”, avalia o desembargador Antônio Hélio Silva, segundo vice-presidente do TJMG e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), à qual as bibliotecas estão subordinadas.

Com um acervo especializado em Direito, as bibliote-

cas reúnem mais de 20 mil livros, além de periódicos e obras raras ainda não catalogadas. Para ter acesso aos serviços, o usuário deverá se cadastrar, pessoalmente, em qualquer uma das bibliotecas, quando então receberá uma senha. A partir daí, poderá acessar os serviços via *internet*, no site www.tjmg.gov.br (*link 2ª Vice – Escola Judicial – Ejef – Biblioteca*).

Novidades

O processo de modernização das bibliotecas vai além da instalação do sistema *Pergamum*. Novas soluções também têm sido oferecidas na opção Biblioteca da página eletrônica da Ejef, no *Portal TJMG*. Entre elas, destaca-se o Boletim de Legislação e Atos Normativos que divulga, toda quarta-feira, leis e atos normativos publicados na semana anterior.

“Também a opção Atos Normativos do TJMG, disponível no site do Tribunal, está sendo revista e, em breve, oferecerá mecanismos mais eficientes de busca e recuperação das informações”, adianta Rosa Angélica de Araújo Sá, coordenadora das bibliotecas.

Outras novidades estão sendo planejadas pelos bibliotecários para 2008, entre elas, os lançamentos do Sumário *online* (que substituirá o atual Sumário impresso) e do Programa de Disseminação Seletiva da Informação que enviará eletronicamente, aos usuários cadastrados, informações de seu interesse.



Mais de 8 mil livros integram o acervo da biblioteca da Unidade Francisco Sales



Comissão esclarece dúvidas aos representantes do Serjusmig



Comissão apresenta

relatório do Redesenho da 1ª Instância

Vanderleia Rosa

No último dia 12 de setembro, a comissão designada pela Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), responsável pelo Redesenho da 1ª Instância, apresentou a síntese do trabalho à direção do Sindicato dos Servidores da Justiça da 1ª Instância do Estado de Minas Gerais (Serjusmig). O trabalho, explicou a secretária executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional, Maria Nice Fonseca, consistiu na realização de um diagnóstico da 1ª Instância para detectar, dentre outros aspectos, problemas referentes a processos de trabalho, estruturas organizacional e física, tecnologia e quadros de pessoal das comarcas. Essa apresentação já havia sido feita ao corregedor-geral de Justiça, desembargador José Francisco Bueno, e aos juizes auxiliares da Corregedoria, no dia 4 de setembro, como também aos membros do Comitê Estratégico, que aprovaram o relatório.

Conforme explicou a secretária executiva de Planejamento, o objetivo do redesenho é rever a estrutura organizacional das comarcas, propondo uma estrutura básica para cada uma, descrevendo atribuições e responsabilidades, definindo cargos: "O trabalho foi realizado passo a passo e fundamentou-se nas premissas que nortearam o Redesenho da 2ª Instância, dentre elas, a gestão compartilhada, o foco na prestação jurisdicional e a redução de custos".

Na apresentação do relatório, foi lembrado o caminho percorrido na elaboração do redesenho: definição das premissas, visitas às comarcas, entrevistas com gestores, apreciação de sugestões de magistrados, servidores e sindicato, reuniões, diagnóstico, proposta

de estruturas e dimensionamento de quadros.

Os passos seguintes, de acordo com Maria Nice Fonseca, é a preparação das Minutas de Resolução, com as atribuições de cada unidade organizacional, e a elaboração do Anteprojeto de Lei para criação de cargos considerados correspondentes às estruturas. Após isso, o anteprojeto segue para votação na Corte Superior e depois para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Intervenções

Durante a apresentação do relatório, os membros da comissão esclareceram dúvidas e questionamentos feitos pelos representantes do Serjusmig, que tem como presidente Sandra Silvestrini de Souza. Dúvidas essas levantadas pelos próprios servidores da 1ª Instância e encaminhadas ao sindicato.

O juiz auxiliar da Corregedoria e diretor do Foro de Belo Horizonte, André Leite Praça, membro da comissão, reconheceu que, de fato, o Tribunal está passando por um momento de crise, tendo em vista as dificuldades observadas em diversas comarcas, inclusive na capital. Ressaltou, porém, que, com a implantação do processo eletrônico, "será possível a eliminação de uma série de atividades burocráticas, o que permitirá um deslocamento de significativo número de servidores para setores mais necessitados".

3º Encor

Será realizado mais um Encontro da Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais (Encor) com juizes diretores dos foros das comarcas. O 3º Encor está marcado para os dias 19 e 20 de outubro, no Othon Palace Hotel. No encontro, haverá troca de experiências e debates sobre o aperfeiçoamento e a padronização das funções administrativas de orientação, de fiscalização e disciplinares, relacionadas à Corregedoria. Quem abre o evento é o Corregedor Nacional de Justiça, César Asfor Rocha.

Comarca de Lafaiete tem

coleta seletiva

Elenice Rodrigues

O Fórum da comarca de Conselheiro Lafaiete fez uma parceria com a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do município (Asmarcol) para a realização da coleta seletiva de lixo nas dependências do fórum.

Desde o último dia 30 de julho, a coleta é realizada diariamente pelos associados da Asmarcol. Como o fórum ainda não possui lixeiras seletoras, a seleção do lixo é feita em sacolas plásticas de cores diferentes, com o auxílio dos profissionais da limpeza.

A iniciativa da juíza diretora do Foro da comarca, Raquel Discacciati Bello, surgiu a partir da percepção de que grande volume de lixo reciclável (especialmente papel e plástico) é produzido todos os dias.

Foi realizada uma campanha, com a criação e a divulgação do *slogan* "Reciclar é legal e faz bem", visando à conscientização de todos a respeito dos benefícios que a coleta seletiva pode proporcionar, contribuindo para a preservação do meio ambiente e propiciando aos associados da Asmarcol um meio de sobrevivência. A juíza visitou os setores e secretarias para convidar todos os servidores a colaborarem com a campanha.



Divulgação

A coleta é realizada diariamente pelos associados da Asmarcol

TECNOLOGIA

TJMG transmite eventos ao vivo pela internet

Raphael Lucca

O Tribunal de Justiça transmitiu, no mês de setembro, dois eventos em tempo real. O primeiro, foi a sessão da Corte Superior, no dia 26 de setembro, e, o outro, a sessão de julgamento da 13ª Câmara Cível, realizada no dia 27.

A sessão da Corte Superior, no Palácio da Justiça, pôde ser acompanhada pelo *link* "1ª Transmissão da Corte Superior" no Portal TJMG. No evento, os 25 membros do Órgão Especial do TJMG escolheram sete juízes para serem promovidos. Concorreram a essas vagas 80 magistrados previamente inscritos. Já no dia 27, a sociedade pôde acompanhar, pelo Portal, o julgamento da 13ª Câmara Cível do TJMG, realizado no Plenário 3 da Unidade Francisco Sales.

De acordo com o membro da Comissão de Tecnologia da Informação do TJMG, desembargador Fernando Botelho, a transmissão dos eventos foi interessante porque possibilitou aos juízes assis-

tirem pelo Portal a disputa da promoção, assim como advogados e partes de processos de comarcas do interior puderam acompanhar, através da *internet*, o julgamento de seus processos.

Fernando Botelho destaca que foi a primeira vez, na história do Judiciário de Minas Gerais, que um julgamento de um Órgão Especial foi exibido pela *internet*, além de ser a primeira exibição do sudeste e sul do país.

Para o presidente do TJMG, desembargador Orlando Carvalho, "é fundamental que o Judiciário se aproprie, cada vez mais, dos recursos tecnológicos, para aprimorar e ampliar o serviço prestado ao cidadão".

A transmissão precursora dessa iniciativa foi a da sessão de julgamento do Tribunal do Júri, diretamente do Fórum Lafayette, ao vivo, no dia 8 de agosto.



O Tribunal de Justiça foi instalado em Ouro Preto, em 1874, com o nome de Tribunal da Relação

TJMG

lança projeto

SEMPRE MEMÓRIA

Reinaldo M. Gomes

Exposições itinerantes, visitas orientadas, palestras, oficinas, apresentação de peças do acervo e atividades culturais. Essas ações fazem parte do projeto *Sempre Memória* que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio da Memória do Judiciário Mineiro (Mejud), lançou no último mês de setembro, com o objetivo de propiciar maior interação entre a sociedade e seu rico acervo.

Dentro da programação de lançamento do Sempre Memória, foi inaugurada, no dia 27 de setembro, a primeira exposição, intitulada *Fato do Mês*, na qual foi exposto, no saguão do Palácio da Justiça Rodrigues Campos, o livro de Atas Manuscritas, referente ao período de 1888 a 1890, com o registro da visita da Família Real ao Tribunal da Relação de Ouro Preto (ver *box*).

Como o nome já diz, em toda terceira quinta-feira de cada mês será selecionada uma peça do acervo que se destaque pela sua relevância histórica, jurídica, artística ou como representante da cultura mineira. A exposição tem caráter itinerante e poderá ser visitada, posteriormente, na Unidade Francisco Sales do TJMG e no Fórum Lafayette. O evento de lançamento contou com a participação do Coral do TJMG, que apresentou repertório do cancionero nacional.

A mostra integrou a *Semana da Primavera dos Museus*, organizada pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Demu/lphan), que, no período de 22 a 23 de setembro, incluiu 874 eventos em 305 instituições museológicas de todo o País. Com a temática *Meio Ambiente: Museu, Memória e Vida*, as atividades foram compostas por seminários, shows, exposições, visitas guiadas, palestras, plantio de árvores, exibição de filmes e documentário sobre museu e preservação do meio ambiente. Segundo o lphan, o evento visou desmistificar, junto à sociedade, o conceito de que museu só se preocupa com o passado.

Móveis e objetos antigos, fotos de magistrados e documentos da história da Justiça mineira compõem o acervo da Memória do Judiciário

O desembargador Hélio Costa é o superintendente da Mejud



Marcelo Albert



Palestra e visitas

A programação de lançamento do *Sempre Memória* contou, ainda, com uma palestra sobre "Descarte Consciente de Papéis e a Preservação Histórica", no dia 21 de setembro, no auditório da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef).

Segundo explica o ex-presidente do TJMG e atual superintendente da



Marcelo Albert

No museu é possível encontrar peças curiosas como o inventário e testamento de Dona Beja e a carta de alforria de Chica da Silva

A proposta da Mejud é incluir as visitas orientadas no calendário mensal do Tribunal de Justiça.

Mejud, desembargador Hélio Costa, o projeto nasceu da necessidade de divulgar a Memória do Judiciário Mineiro, "sempre com o propósito de estimular no espectador a percepção da relevância da Instituição no contexto histórico-nacional, bem como contribuir para a construção da memória institucional coletiva, através do resgate de fragmentos do passado da Justiça mineira".

O desembargador Hélio Costa acrescenta que essas ações culturais complementam um trabalho de preservação do patrimônio histórico da Justiça do Estado, realizado pela Mejud desde sua criação em 1988, por iniciativa do desembargador José Arthur de Carvalho Pereira, então presidente do TJMG. "O intuito é apresentar ao público em geral as preciosidades representativas das práticas sociais de nosso passado que influenciam, até hoje, nosso fazer jurídico", valoriza o magistrado.

O Palácio da Justiça fica localizado na avenida Afonso Pena, 1.420, Centro, em Belo Horizonte. O telefone da Mejud é (31) 3237-6224.

Rico acervo

O acervo da Memória do Judiciário Mineiro foi formado através de doações da Biblioteca do TJ, do arquivo pessoal de desembargadores e dos fóruns das comarcas. Hoje, ele é composto por móveis antigos, condecorações, objetos, fotos de magistrados e de momentos históricos, além de documentos da história da Justiça mineira. Lá é possível encontrar peças curiosas, como, por exemplo, o inventário e testamento de Dona Beja e a carta de alforria de Chica da Silva.

Família Real visita Tribunal da Relação

Mais de cem anos se passaram desde a instalação do Tribunal da Relação de Ouro Preto, e a Memória do Judiciário Mineiro, através de seu acervo, resgata fatos relevantes da Instituição.

Ao percorrer as páginas de um dos sete livros de Atas Manuscritas do Tribunal da Relação, pertencente ao acervo da Mejud, pode-se ler o relato da visita da Família Imperial a Ouro Preto.

No documento, referente ao período de 1888 a 1890, estão registradas as seguintes assinaturas: D. Pedro II, Thereza Christina Maria (imperatriz, 3ª do Brasil), Isabel Condessa d'Eu (princesa imperial), D. Pedro Augusto (filho da princesa D. Leopoldina), Tito de Mattos e os barões de Ibituruna e de Muritiba.

Segundo o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, essa seria a última viagem oficial da Família Real. Todas as assinaturas foram devidamente identificadas e confirmadas pelo Arquivo Histórico do Museu Imperial, situado em Petrópolis, no Rio de Janeiro.



Marcelo Albert

Caminhos da qualidade

Nanci Andrade

Metas, indicadores, relatórios 3G, PDCA e outras terminologias comuns ao campo do planejamento estão se incorporando ao cotidiano da Casa da Justiça. De forma inovadora o TJMG se moderniza para enfrentar os desafios de seu tempo, ancorado no modelo de gestão compartilhada e nos caminhos da qualidade.

O Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD) é um sistema de gestão que se consolida a cada dia na Secretaria do Tribunal de Justiça, com o envolvimento de todas as unidades organizacionais. Como explica a gerente do Centro de Padronização e Qualidade na Gestão (Cepaq), Mariângela Ramos Pimenta, esse processo ocorre de forma contínua na Instituição, sendo desenvolvido em conformidade com as necessidades observadas em cada área.

Para o acompanhamento do GPD, a equipe do Cepaq já tem definida a programação geral até dezembro, com a distribuição de cronograma mensal às diretorias-executivas e com o acompanhamento, por meio de um calendário das atividades, dos trabalhos nos diversos setores. Para tanto, cada área indicou um servidor para atuar como facilitador do processo, que tem a função de intermediar o contato entre os dirigentes e a equipe do Cepaq, responsável pela orientação metodológica do sistema.

é feito por meio da aferição de indicadores que permitem medir o alcance dos resultados desejados. Esses dados são lançados nos "formulários de indicadores de resultados" que incluem o indicador, a meta, o prazo e a fórmula de medição. Esse processo de acompanhamento está regulamentado pelo Sistema de Avaliação de Resultados (SAR) instituído pela Portaria 1.946/2006.

PDCA

Com a avaliação dos resultados, identificam-se os pontos problemáticos que são destacados no "Relatório 3 Gerações". Nesse formulário são descritas as ações previstas, o que foi efetivamente executado, os resultados obtidos, as dificuldades encontradas para o alcance das metas e as ações propostas para melhoria. Como

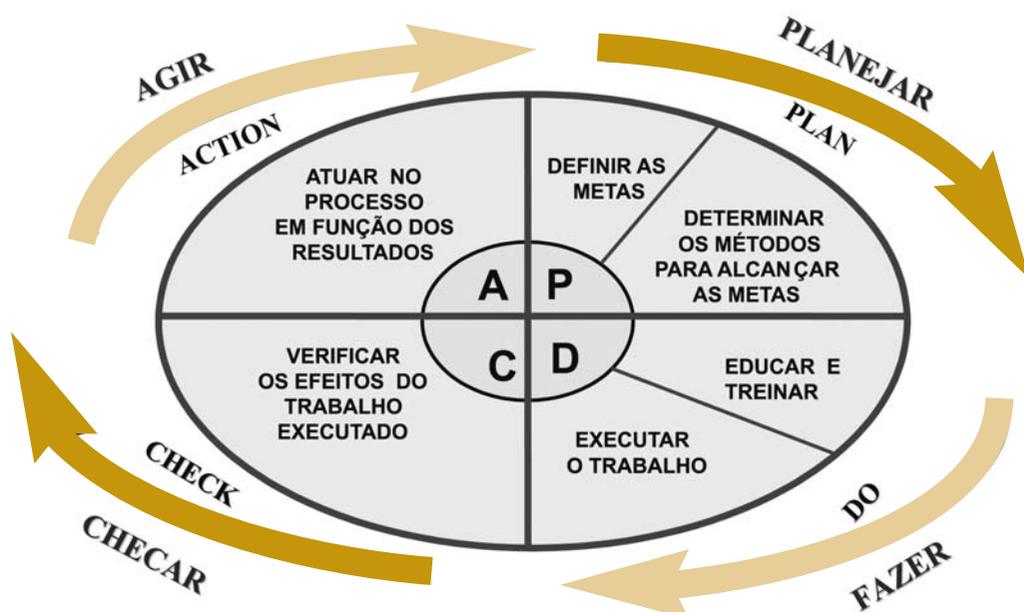
esclarece Mariângela, o "3 G" mostra um passado, um presente e um futuro, isto é, a situação anterior, a atual e aquela que se quer alcançar.

A diferença entre "onde se está" e "onde se quer chegar", evidenciada no "3 G", acrescenta Mariângela, pode ser trabalhada também por meio do PDCA: para um problema detectado, concebe-se um plano de atuação, executam-se as ações, verifica-se a execução do planejamento e age-se corretivamente para eliminar causas e efeitos indesejados".

Para um problema detectado, concebe-se um plano de atuação, executam-se as ações, verifica-se a execução do planejamento e age-se corretivamente para eliminar causas e efeitos indesejados"

planejamento e age-se corretivamente para eliminar causas e efeitos indesejados. E, assim, o ciclo se repete sempre que se identifica um novo problema, conclui a gerente do Cepaq.

Gestão pela Qualidade



O desenvolvimento do GPD

Como definido na Portaria 1893/2006, o GPD "promove condições para o estabelecimento e execução das diretrizes anuais do TJMG, por meio do desdobramento de metas e ações a serem realizadas nos diversos níveis hierárquicos da Instituição."

As 23 metas globais definidas para o biênio foram desdobradas pelas diversas áreas da Secretaria do TJ, num trabalho compartilhado entre as diretorias executivas, suas gerências e coordenações. Cada área elaborou seus planos de ação, de modo a promover o alcance das metas estabelecidas.

O acompanhamento das metas

“Não sou homem de medrar diante de desafios”

Reinaldo M. Gomes

Com a construção de um novo edifício sede, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais dá um importante passo visando à melhoria das condições de trabalho de magistrados e servidores. Desde julho último, o desembargador Osmando Almeida é o presidente da Comissão Especial de Licitação, encarregada dos procedimentos licitatórios relativos à construção do novo prédio. Nessa entrevista, o magistrado fala sobre os desafios do cargo e destaca a importância da obra.

Ao longo de sua carreira, Osmando Almeida foi presidente, corregedor e juiz auditor do Tribunal de Justiça Desportiva do Estado. Atuou também como conselheiro da OAB-MG, Clube dos Advogados e Associação dos Advogados de Minas Gerais.

Osmando Almeida, atual presidente da 9ª Câmara Cível, exerceu por 30 anos ininterruptos a advocacia, vocação à qual, ressalta o desembargador, sempre se dedicou devotadamente, procurando honrar e dignificar as missões a ele confiadas.

Natural de São João do Paraíso, Osmando Almeida é casado e tem quatro filhas: Marcela (médica), Isabella (advogada), Rafaela (advogada), Manuela (médica). Os dois netos, Igor e Hugo, gêmeos univitelinos de dois anos e meio, são, segundo o avô, a “8ª maravilha do mundo”.



Marcelo Albert

O desembargador Osmando Almeida é o presidente da Comissão Especial de Licitações

TJMG Informativo - Como foi receber o convite para presidir a Comissão Especial de Licitação?

OA: - Recebi como uma convocação da Instituição à qual pertenco, para prestar tão difícil contribuição a uma causa de interesse do Poder Judiciário deste Estado. Como não se pode recusar uma convocação, coloquei-me à disposição, mesmo porque não sou homem de medrar diante de desafios. Se fui convocado dentre 119 ilustres desembargadores, só tenho motivo para estar honrado e orgulhoso, sem descurar da grande responsabilidade e independência que o encargo está a exigir.

TJMG Informativo - A designação de uma comissão mista, composta por magistrados e servidores, foi uma decisão acertada?

OA: - Creio que sim, pois, através de uma verdadeira simbiose, estão se agregando magistrados e representantes da classe dos servidores, estes com vasta experiência, qualificados e portadores de invejável cultura e conhecimento das questões versadas.

TJMG Informativo - Qual a expectativa da nova Comissão em relação à continuidade do Edital?

OA: - A comissão deverá pautar sua conduta nos princípios básicos que regem o processo e o procedimento licitatório, notadamente da “vinculação ao instrumento convocatório” e do “julgamento objetivo”, sempre em coerência com as exigências do Edital provido de força vin-

culante, com pertinência e adequação ao objeto do certame.

TJMG Informativo - Quais os benefícios da construção da nova sede para o TJMG?

OA: - A nossa sociedade jamais iria aplaudir que uma tradicional família mineira pudesse ter seus membros habitando em residências diferentes. O colegiado de julgadores componentes da Segunda Instância do Poder Judiciário mineiro é um só corpo. Dividi-lo em várias unidades e colocá-las em lugares distantes e diferenciados é contribuir para a sua ineficiência e criar-lhe dificuldades intransponíveis. A nova sede permitirá agregar em um só local os magistrados, os servidores e todos os órgãos que integram e compõem a Segunda Instância, materializando, dessarte, os meios para que se chegue aos fins desejados.

TJMG Informativo - Fale sobre a experiência de ter exercido o cargo de Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva do Estado.

OA: - Foi honroso e gratificante. Convivi com expressões superlativas do mundo jurídico mineiro, quer da advocacia, quer da magistratura, pois, quando exerci por alguns mandatos a Presidência, aquele Tribunal era integrado por advogados e magistrados de escol, porquanto, à época, não havia proibição ao magistrado de exercer aquele *munus*, o que agora é vedado. Ali, amalei uma grandiosa experiência e qualificados conhecimentos, pois tinha como meus pares homens que engrandeceram e elevaram a cultura jurídica deste Estado.

Marcelo Albert



Os Juizados Especiais e a

Lei 9.099/95

Inauguração das novas instalações do Juizado Especial de Barbacena, em agosto de 2007

Marcelo Albert



mil ações nos Juizados Especiais mineiros. Atualmente, a demanda triplicou, com a distribuição de 336 mil processos apenas de janeiro a julho deste ano no Estado. Em Belo Horizonte, os Juizados receberam, no primeiro semestre de 2007, 65 mil processos.

Mas, com a demanda crescendo a cada ano, é necessário refletir em torno de como manter uma estrutura que garanta justiça ágil para os cidadãos. O juiz Vicente de Oliveira ressalta que os Juizados representam hoje cerca de 40% da demanda do número de ações da Justiça comum e que há uma grande preocupação da administração dos Juizados em relação a esse crescimento. “Só se justifica o Juizado Especial se ele servir ao motivo que o criou: julgamento simples, rápido, célere. O aumento da demanda tem que ser acompanhado por uma estrutura compatível a esse crescimento”, destaca o juiz. Uma das alternativas apontadas por Vicente de Oliveira, para evitar que haja uma sobrecarga nos Juizados, é a implantação do Processo Judicial Eletrônico (Projudi) que, segundo ele, em dois meses de funcionamento obteve um bom número de distribuição. “O futuro da Justiça é a Justiça eletrônica, com uma tramitação processual mais ágil e eficiente”, conclui.

Lorena Campolina

No dia 26 de setembro, comemoraram-se 12 anos de efetivação dos Juizados Especiais, com a Lei 9.099 de 1995. Já no art. 2º da lei é enunciada a premissa dos Juizados que, ao julgarem e executarem as causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, orientam-se pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 98, já previa a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Entretanto, sua efetiva atuação dependia de uma lei ordinária, que foi promulgada anos depois.

O juiz dos Juizados da capital, Vicente de Oliveira Silva, destaca que, com a edição da Lei 9.099, uma camada da população, que até então não tinha acesso à Justiça, passou a ter. “Essa lei veio resgatar um direito de cidadania, pois o cidadão hoje está mais consciente de seus direitos e ele tem onde buscá-los sem necessidade de ter que pagar um advogado”.

Em Minas Gerais, o primeiro Juizado Especial foi instalado em Belo Horizonte, em 7 de fevereiro de 1996. No decorrer dos anos, expandiram-se para outras comarcas, totalizando, hoje, 72 Juizados no Estado. No ano de 96, foram ajuizadas 173

Essa lei veio resgatar um direito de cidadania, pois o cidadão hoje está mais consciente de seus direitos e ele tem onde buscá-los sem necessidade de ter que pagar um advogado”

Conselho

Instituído pela Portaria 2.014/2007, o Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais foi criado para supervisionar, orientar e dirigir os Juizados Especiais. O conselho é composto pelo desembargador José Fernandes Filho (presidente), pelo desembargador Ernane Fidelis (vice-presidente) e pelos juizes dos Juizados Especiais de Belo Horizonte, Vicente de Oliveira Silva, Márcio Idalmo Santos Miranda e Flávia Birchall de Moura.

O Conselho de Supervisão tem suas competências definidas no Regimento Interno do TJMG. Suas principais atribuições são desenvolver o planejamento dos Juizados Especiais; elaborar e implantar políticas e ações estratégicas; supervisionar, orientar e fiscalizar, no plano administrativo, o funcionamento dos Juizados e implementar as medidas operacionais necessárias ao seu aperfeiçoamento.

Para indicar as medidas gerenciais a serem tomadas a curto, médio e longo prazo, foi criada a Comissão Especial para elaboração do Plano de Gestão dos Juizados Especiais. A comissão faz o diagnóstico das principais dificuldades dos Juizados Especiais em relação a servidores, espaço físico e treinamento de pessoal, e o mapeamento dos dados estatísticos. Dessa forma, ela traça a política dos Juizados e faz a padronização de seu funcionamento, de acordo com suas demandas e necessidades.

Servidores serão homenageados em semana especial

Rafaela Leal e Rosana Maria

Pensando em você. Com esse tema, a *12ª Semana do Servidor do TJMG* irá desenvolver atividades que proporcionem alegria e descontração, visando ao bem estar de todos que trabalham no Judiciário. O evento será realizado nos dias 29, 30 e 31 de outubro.

A abertura oficial da semana será dia 29, às 18h30, no Fórum Lafayette, quando o presidente do TJMG, desembargador Orlando Carvalho, prestará uma homenagem aos servidores aposentados. Após a homenagem, haverá show do cantor e compositor mineiro Lô Borges.

Estão programadas oficinas de origami, automassagem, dança do ventre, decupagem (decoreção) em caixa de madeira, karatê e aromaterapia, além da realização de bazar, *Pensa TJ* especial, música itinerante e edição especial da *Quarta Cultural*. As atividades serão realizadas nos Anexos I e II da Unidade Goiás, na Unidade Francisco Sales e no Fórum Lafayette.

Quarta Cultural

A *Quarta Cultural* especial da *Semana do Servidor* irá apresentar a peça de teatro "Perigo, Mineiros em

Férias!", de Rogério Falabella. O espetáculo será no dia 31, às 18h30, no pátio interno do Fórum Lafayette.

A comédia conta a história de um funcionário público, cansado, estressado e frustrado com o seu trabalho. Ele faz economia durante todo o ano e leva a família para uma temporada na praia. Por ironia do destino, a casa onde irão se hospedar foi também alugada por uma dupla de hippies. O resultado é muita confusão, situações inesperadas e uma convivência pouco amistosa entre personagens muito diferentes. O espetáculo faz uma divertida crítica aos hábitos e preconceitos da classe média mineira.

A *12ª Semana do Servidor* é uma realização da Assessoria de Comunicação do TJMG (Ascom) e da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef). O evento

é patrocinado pelo Banco do Brasil e pelo Sindicato dos Servidores da Justiça de 1ª Instância (Serjusmig), com apoio do Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância (Sinjus-MG) e da Associação dos Servidores de 2ª Instância do TJMG (Astral).

O evento, realizado nos dias 29, 30 e 31 de outubro, visa ao bem-estar do servidor

Semana da Saúde contra o estresse no trabalho

Rafaela Leal

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio da Gerência de Saúde no Trabalho (Gersat) e da Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos (Dearhu), promoveu, no período de 11 a 14 de setembro, a *Semana da Saúde*.

A edição deste ano enfocou a qualidade de vida e o estresse no trabalho, visto que os fatores psicológicos constituem uma das principais causas de afastamentos e licenças médicas entre os servidores.

Magistrados e servidores tiveram a oportunidade de participar de palestras ministradas por médicos, oficinas e *spas* do Boticário, ginásticas laborais, exames oculares em estandes montados pelo Hospital de Olhos, além de medição da pressão arterial, do índice de massa corporal (IMC) e circunferência abdominal, promovidas pelo Laboratório São Marcos, entre outras atividades.

Neste ano, a programação da *Semana da Saúde* foi expandida para as comarcas de Além Paraíba, Cataguases, Ubá, Rio Pomba, Visconde do Rio Branco, Carangola, Leopoldina, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia, Montes Claros, Divinópolis, Poços de Caldas e Juiz de Fora. No interior, a edição da *Semana da Saúde* contou com a parceria da Unimed.

Servidoras participam de oficina de consciência corporal





Conto Sete em Ponto

No dia 8 de novembro, o projeto *Conto Sete em Ponto* irá apresentar o espetáculo *Dulado delá*. O evento será às 19h, no auditório do Anexo I do TJMG – rua Goiás, 229, Centro. Os convites podem ser obtidos gratuitamente na Assessoria de Comunicação Institucional do TJMG (Ascom) – Unidades Goiás, Francisco Sales e Fórum Lafayette – e na Livraria Quixote (Savassi), na véspera e no dia do evento.

Coordenado pelas contadoras de histórias Daura Guimarães e Rosana Mont'Alverne, o projeto *Conto Sete em Ponto* é uma realização do TJMG, com produção da Ascom e patrocínio do Banco do Brasil.

O cinema nacional invade o Cineclube TJ

Patrícia Melillo

“Bem vindo ao lado podre da vida!” Com essa saudação, o personagem Gilberto (Alexandre Borges), do filme *O Invasor*, de Beto Brant, ironiza a preocupação do amigo e sócio Ivan (Marco Ricca), que teve uma crise de consciência após os dois terem encomendado a morte de outro sócio na construtora de que são donos, em São Paulo.

Esse premiado filme conta a história desses três amigos que foram colegas de faculdade e há mais de 15 anos são sócios. Por um desentendimento na condução dos negócios, Estevão (George Freire) ameaça desfazer a sociedade. Ivan e Gilberto então resolvem eliminar o colega e conduzir a construtora de maneira diferente. Porém, eles sofrem as consequências. Anísio (Paulo Miklos), o matador contratado, após concretizar o serviço, passa a chantageá-los e interferir nos negócios da empresa.

O *Invasor*, de 2002, é o primeiro filme nacional a ser finalizado com tecnologia totalmente digital. Ele possui uma narrativa rápida e o clima é tenso do início ao fim. Câmeras trêmulas e longas seqüências sem cortes fazem dele um filme moderno e inquietante. Tudo isso, reforçado pela ótima atuação do elenco, principalmente de Paulo Miklos, integrante da banda Titãs, em sua estréia como ator. Também vale a pena destacar a trilha sonora composta pelo rap de bandas como *Pavilhão 9* e *Tolerância Zero* e do cantor Sabotage, com letras que falam diretamente com o público.

A sessão, comentada pelo desembargador Sérgio Braga, será no dia 18 de outubro, às 19h, no Auditório do Anexo II do TJMG – rua Goiás, 253, Centro.

Gustavo Gomes

CLICK DO LEITOR

"Após um passeio histórico-cultural pelo Pelourinho, nada melhor que relaxar com o belíssimo visual do Mercado Modelo e da Baía de Todos os Santos, em Salvador! O Mercado é parada obrigatória para os que querem levar consigo um pouquinho da cultura baiana através de lembranças irresistíveis. A baía, que é a maior do Brasil, foi o ponto escolhido para fundar a capital baiana e é um dos cartões postais de Salvador. O clima, a receptividade e a alegria do soteropolitano nos fazem sorrir e não nos deixam esquecer que, de fato, estamos na Boa Terra!"

Gustavo Gomes – Ascom – Unidade Fórum Lafayette

